+DIREITOS +FUTURO
NÃO À PRECARIEDADE

PCP

PCP REPUDIA DESPEDIMENTOS NA COFINA E IMPRESA

A recentemente anunciada intenção de despedimento de trabalhadores dos grupos Cofina (oito dezenas) e Impresa (duas dezenas na SIC) ilustra bem a situação actual na Comunicação Social.

Nos últimos anos realizaram-se vários despedimentos ditos "por acordo" em diferentes publicações do grupo **Impresa**. No ano passado o grupo **teve lucros de praticamente 2,76 milhões de euros.**

O grupo **Cofina** alega a existência de uma pequena redução de receitas operacionais (de 0,7%) para justificar um corte de 10% nos custos, apesar de o grupo apresentar fortes lucros (**mais de 4,33 milhões de euros em 2016**).

Estes dados significam que os despedimentos não estão ligados a dificuldades financeiras daqueles grupos, antes visam o aumento dos lucros dos accionistas à custa do emprego dos seus trabalhadores.

Os jornalistas e outros trabalhadores da comunicação social são considerados descartáveis pelas empresas, que os substituem por estagiários ditos curriculares, sem pagamento, por trabalhadores com vínculos precários ou sobrecarregando os que ficam com o trabalho dos que saem, e são pressionados e ameaçados para se submeterem às chamadas "rescisões por mútuo acordo".

A ameaça da Cofina de "não colocar de lado" outros meios legais de despedimento explora as alterações ao Código que Trabalho, que facilitaram e tornaram mais baratos os despedimentos e desequilibraram as relações laborais em prejuízo do elo mais fraco: os trabalhadores.

O PCP solidariza-se com os trabalhadores afectados pela intenção de despedimento e apela aos trabalhadores da Cofina e Impresa, mas também a todos os trabalhadores da comunicação social, para que resistam e lutem contra os despedimentos, as ameaças de encerramento de títulos e de empresas, a degradação de salários e condições de trabalho, a precariedade e a redução dos meios indispensáveis a um trabalho de qualidade.

As organizações dos trabalhadores da comunicação social têm chamado a atenção para as consequências desta situação na qualidade e pluralismo da informação em Portugal, com evidentes reflexos na vida democrática do país, como recentemente se assinalou no Congresso dos Jornalistas.

O PCP fez, no dia 12 de Abril, uma pergunta ao Governo sobre os despedimentos no grupo Cofina e compromete-se a adoptar iniciativas para denunciar e travar a proliferação de despedimentos na comunicação social, particularmente a que está em curso, solicitando a intervenção do Governo e da ACT – Autoridade para as Condições de Trabalho – e a promover a revisão do Código de Trabalho, com supressão das medidas lesivas dos trabalhadores e defendendo o direito ao trabalho.

São necessárias:

1– Medidas urgentes do Governo que impeçam o livre arbítrio do patronato em geral e do sector em particular, nomeadamente a reversão das alterações ao Código de Trabalho lesivas dos trabalhadores.

2– A adopção de medidas efectivas que combatam a concentração da propriedade dos meios de comunicação social, de acordo com o número 4 do artigo 38.º da Constituição da República.

+DIREITOS +FUTURO
NÃO À PRECARIEDADE

PCP

Organização da Comunicação Social
Sector Intelectual da Organização Regional de Lisboa (SI-ORL)
do Partido Comunista Português (PCP)

s.intelectual@dorl.pcp.pt **www.lisboa.pcp.pt**